

UASG 925387

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 72/2026

Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUBCOMANDO	ANTONIO CARLOS DA SILVA TAVARES
SETOR DE ARMARIA	JORGE MARQUES RAMOS

2. Descrição da necessidade da Contratação (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º)

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III-A VISANDO ATENDER AO PLANO DE TRABALHO DO CONVÊNIO Nº 952351/2023-SENASP/MJ E ATENDER A ÁREA OPERACIONAL DA GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM.

As almejadas aquisições têm como propósito cumprir, de forma célere e mais vantajosa, O plano de trabalho do Convênio nº 952351/2023-SENASP/MJ pactuado entre o município de Belém e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem como objetivo “o fortalecimento das ações de prevenção à violência e a criminalidade no contexto escolar e seu entorno no município de Belém”, bem como recompor o estoque operacional da corporação suprimindo um déficit já consolidado e a projeção de um déficit futuro proveniente de lote que está no final da sua vida útil conforme consta no memorando nº05/2026 – Setor de Armaria acostado aos autos do processo. A aquisição de coletes balísticos nível III-A visa a proteção da integridade física e a vida dos agentes da Guarda Municipal de Belém empenhados em missões.

A Guarda Municipal de Belém criada pela Lei Municipal 7.346, de 14 de outubro de 1986, e alterada pela Lei nº 8.769, de 27 de setembro de 2010, atua na redução dos índices de criminalidade, manutenção da ordem pública e promoção do bem-estar social, com ações preventiva e ostensiva na intervenção e enfretamento à violência, atuando nos 78 bairros, por meio de rondas 24 horas, em rondas periódicas comunitárias e escolares, rondas em postos fixos nos diversos prédios municipais (unidades de saúde, escolar, praças, etc.); intervenção identificadas por meio sistema integrado de monitoramento, atendimento as chamadas por meio serviço público de acionamento 153, e ainda; ações realizadas em conjunto com os diversos órgãos da administração direta e indireta municipal, na segurança permanente nos principais locais sob a responsabilidade do município, na Segurança do Executivo Municipal, na proteção de Áreas ambientais (Parques e áreas verdes) em conjunto com demais secretarias no monitorando despejo de lixo irregular e nos eventos sociais, educacionais e culturais desenvolvidos pelo Município, além de participação, quando solicitada, nos eventos de âmbito Estadual e Federal. Como também, em participações nas ações de segurança em parcerias com a Polícia Militar do Estado do Pará, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e outras instâncias de controle, monitoramento, intervenção, enfretamento e prevenção da violência.

Além das competências atribuídas pela Lei de sua criação, segue também aos princípios estabelecidos no estatuto das Guardas Municipais, que dos cinco princípios, destacamos a: **preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas** e o **patrulhamento preventivo**; já nas dezoito competências, destacamos:

- *Atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;*
- *Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;*
- *Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;*
- *Garantir o atendimento de ocorrências emergenciais.*
- *Desenvolver ações de prevenção primária à violência.*

Os coletes balísticos nível III-A constitui ferramenta importante para as ações de patrulhamento preventivo e ostensivo por garantir a proteção da integridade física e a vida dos agentes, haja vista a natureza das ações desempenhadas que geralmente envolvem situações risco durante o patrulhamento preventivo e outras ações ostensivas.

No convênio nº 952351/2023-SENASP/MJ, temos como objeto o fortalecimento de ações de prevenção à violência e a criminalidade no ambiente escolar e seu entorno. A Guarda Municipal de Belém já vem desenvolvendo ações preventivas na área de segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, para colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local. Entre os bens, instrumento deste convenio, está contemplada a aquisição de 89 coletes balísticos nível III-A, que possibilitará ampliar e fortalecer a prevenção, alinhando às políticas de enfrentamento da violência e crimes no contexto escolar, com iniciativas de promoção da conscientização, da prevenção e do combate a todos os tipos de violência no espaço escolar e seu entorno.

Atualmente há um déficit de 190 (cento e noventa) coletes balísticos na instituição, o que compromete a prontidão operacional dos servidores empregados em missões, somado a isto, há a projeção de um déficit futuro de 137 (cento e trinta e sete) coletes balísticos que são frutos de uma doação do Governo do Estado do Pará conforme Termo de Doação de Bens Móveis nº2021/76 juntado aos autos deste processo e que tem vencimento previsto para setembro/2027. Diante disto, podemos concluir que o déficit total previsto é de 327 (trezentos e vinte e sete) coletes balísticos, divididos entre os tamanhos “P”, “M” e “G” conforme consta em DFD.

Visando a racionalização dos esforços de contratação e economia de escala, optou-se por agregar os Documentos de Formalização de Demanda para compor o quantitativo desta nova fase instrutória, tal medida é fundamentada no Art. 9º, inciso I do Decreto Municipal nº108.649/2023. Vejamos:

At. 9º...

I - agregar, sempre que possível, os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma

natureza com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala.

Ainda com vista a racionalizar esforços por parte da administração pública, entende-se que atende ao princípio da economicidade e da razoabilidade o agrupamento dos itens por lote uma vez que esta medida previne o potencial prejuízo para o conjunto da aquisição.

Dessa forma, a aquisição dos coletes balísticos, proporciona uma melhoria na atuação da prevenção e enfrentamento à criminalidade no município de Belém e demais ações realizadas de forma articulada e integrada com os demais órgãos da segurança pública.

3. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual e o alinhamento com o planejamento da Administração. (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, II)

3.1. Previsão da Contratação no Plano de Contratação Anual (PCA)

O objeto está contemplado no Plano de Contratações Anual - PCA/2026 para suprir a necessidade atual em atendimento ao Decreto nº 108.649 – PMB, de 13 de novembro de 2023 e o Art. 18, § 1º, II da Lei 14.133/2021.

Nº ITEM	Descrição	Quantidade estimada
13	AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III-A	190

Ressalta-se que a quantidade não contemplada no PCA/2026 será inclusa no planejamento do exercício de 2027, conforme a previsão de parcelamento da aquisição já mencionada no Documento de Formalização da Demanda, uma vez que o Sistema de Registro de Preço possibilita a aquisição posterior durante a vigência da ata que, caso necessário, pode ser prorrogada por meio de termo aditivo.

3.2. Alinhamento ao Plano de Contratação Anual (PCA)

O atendimento do objeto encontra-se alinhado ao Planejamento Estratégico, em especial na estratégia de “Operacionalização e manutenção da gestão da política de segurança pública municipal” bem como de “Fortalecimento das ações de prevenção a violência e a criminalidade no contexto escolar e seu entorno”.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, III)

A equipe de planejamento da contratação analisou a demanda apresentada e identificou os seguintes requisitos básicos:

A aquisição trata de bens de natureza não continuada e devido ser demanda para atendimento de convênios, a equipe de planejamento da contratação, no uso de suas atribuições legais, e visando a vantajosidade, economia de escala e a garantia de padronização do equipamento, optou pela modalidade onde o fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante o critério de julgamento por Menor Preço, com uso do instrumento auxiliar de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO com adoção

do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a seleção da proposta mais vantajosa para o conjunto de itens.

Da aplicação da compra por LOTE

A licitação, em lote justifica-se pela necessidade de garantir o cumprimento da demanda, das quais são integradas, dentro do contexto das ações da GMB, bem como garantir a celeridade, a eficiência e economicidade, evitando vários fornecedores, que poderão implicar em descontinuidade de algum contrato e prejudicar a eficiência e a economicidade. Reporta-se ainda o controle e a pontualidade no Fornecimento do Objeto.

Cumpre referendar que de acordo com o Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara –TCU, “Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si”, características presentes no objeto, pois o objeto é de uma mesma natureza e possui relação entre si o que difere é o valor; quanto ao lote, está agrupado por item e assim, terá sua adjudicação. Nesta senda, entendo que a licitação não restringirá o caráter competitivo da licitação, mas, assegurar, não só a mais ampla competição necessária e também, atingir a sua finalidade, que é a de atender com agrado às necessidades da Administração Pública.

Referenda-se que a adoção da adjudicação ocorrerá por ITEM em LOTE, por demonstrar ser mais vantajoso dessa escolha comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação;

O objeto deve ser entregue em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local que deverão estar presentes no Termo de Referência acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade e para as aquisições decorrentes de convênios, indicação do convênio na Nota Fiscal.

Da não aplicação de cota exclusiva reservada para ME, EPP e MEI

A decisão de não aplicar a cota de 25% para ME/EPP na aquisição de 327 coletes balísticos nível III-A para a GMB fundamenta-se na imprescindível padronização técnica e na segurança dos agentes. Amparada pela LC 123/2006 e pela jurisprudência do TCU, a medida visa evitar a heterogeneidade de soluções balísticas e riscos à integridade física da guarnição. Por serem Produtos Controlados pelo Exército (PCE), a exigência de certificações rigorosas (como o ReTEx) restringe o mercado, tornando a divisão ineficaz para o fomento de pequenas empresas. Adicionalmente, o valor estimado supera o limite de R\$ 80.000,00 e a fragmentação do lote prejudicaria a fiscalização, o controle de tecnologia RFID e a gestão da garantia de 5 anos. O cumprimento célere dos prazos do Convênio nº 952351/2023-SENASP/MJSP também demanda unidade logística para mitigar riscos de inadimplemento. A competitividade permanece preservada através do direito de preferência por empate ficto, garantindo a eficiência e a isonomia no certame. Justificativa técnica detalhada, constará nos autos do processo.

Sustentabilidade:

Painéis balísticos com garantia mínima de 5 a 6 anos, reduzindo a necessidade de substituição precoce e gerando menos resíduos. Preferência por materiais híbridos (como aramida) flexíveis, de baixo peso e com processos de produção ecoeficientes. Exigência de plano para destinação final

segura dos painéis vencidos, evitando contaminação ambiental e descarte inadequado. Exigência de certificação de qualidade (ex: ISO 9001, ISO 14001) para os fabricantes, garantindo gestão ambiental no processo produtivo.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021): Na presente contratação não haverá indicação de marca (s) ou modelo (s), contudo só serão aceitos os coletes balísticos que atendam as especificações constantes no termo de referência.

Na presente contratação não será vedada nenhuma marca/produto desde que atenda as especificações e condições deste termo de referência.

Da exigência de amostra: A empresa deverá apresentar a Guarda Municipal de Belém, no endereço determinado pelo Comando da GMB, 01 (uma) amostra de cada tamanho solicitado, conforme especificação detalhada no anexo do Termo de Referência, em até 10 (dez) dias úteis após a convocação do Pregoeiro.

A(s) amostra(s) deverá (ão) estar(em) devidamente embalada(s) e identificada(s) na face externa com o número do pregão e o nome da empresa. No ato da entrega da amostra será fornecido um comprovante de entrega de amostra.

Caso a amostra apresentada não seja aprovada pela equipe técnica por estar em desacordo com as especificações, ficará à disposição da empresa para o recolhimento em até 10 (dez) dias úteis, e será solicitado para a empresa encaminhar nova amostra dentro de no máximo de 10 (dez) dias úteis para nova inspeção e/ou vistoria.

O aceite do item ficará condicionada à aprovação da amostra pela equipe técnica da Guarda Municipal de Belém indicada pelo Comando da instituição.

Subcontratação: É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

Garantia da contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação indicada nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato deverá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Condições de Entrega

O prazo de entrega dos bens é até 60 (sessenta) dias úteis, contados da assinatura do contrato em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá justificar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues na sede da GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM - GMB, na Av. Duque de Caxias, nº 394 - Bairro: Marco CEP: 66093-026-Belém/PA. O horário para recebimento será das 08h30 às 15h00 de segunda a sexta – feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia dos materiais será de no mínimo 05 (cinco) anos no que se refere a à validade do material utilizado na confecção dos painéis, contado a partir da data do recebimento do objeto de forma definitiva pela Guarda Municipal de Belém.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

A garantia abrange a realização de correção dos bens pelo próprio contratado de acordo com as normas técnicas específicas. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição total do equipamento, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos materiais utilizados na fabricação do equipamento.

Todas as peças, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas e a assistência técnica deverá ser realizada na cidade de Belém/PA, ou na Região Metropolitana de Belém/PA.

Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.


O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, IV)

Após análise do Plano de Trabalho, memorando do Setor de Armaria e DFD's acostados aos autos do processo, reproduz-se que o quantitativo necessário para esta aquisição é de 327 (trezentos e vinte e sete) coletes balísticos, sendo 38 (trinta e oito) no tamanho P masculino, 204 (duzentos e quatro) no tamanho M masculino e 85 (oitenta e cinco) no tamanho G masculino.

LOTE 01		
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
01	 <p>COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A, MASCULINO TAMANHO P Descrição completa no item 8 deste ETP</p>	38
02	 <p>COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A, MASCULINO TAMANHO M Descrição completa no item 8 deste ETP</p>	204

03		85
COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A, MASCULINO TAMANHO G Descrição completa no item 8 deste ETP		

6. Levantamento de Mercado (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, V)

Em atendimento ao disposto no Art. 44 da Lei 14.133/2021, foram pesquisadas no Portal Nacional de Compras Públicas as contratações similares e valores homologados disponíveis em painel de preços de forma prioritária em atenção a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 que trata sobre procedimentos administrativos de pesquisa de preço para aquisição de bens, os quais devem ser observados por órgão e entidades da administração pública de todas as esferas na execução de recursos da União.

Os valores apresentados no presente estudo técnico preliminar, seguiu as normativas estabelecidas no ano de aprovação do plano de trabalho do convênio nº 952351/2023, para os coletes balísticos nível III-A.

COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A MASCULINO TAMANHO P

ÓRGÃO	SOLUÇÃO	MODALIDADE	EMPRESA VENCEDORA	PREÇO UNITARIO
PREFEITURA DE CONTAGEM/MG	Aquisição	Pregão Eletrônico nº 034/2024	KALESI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP CNPJ: 21.690.964/0001-89	R\$2.400,00
PREFEITURA DE CASCAVEL	Aquisição	Pregão Eletrônico nº 106/2025	AXXO INDUSTRIA DE MATERIAIS & DEFESA LTDA CNPJ: 37.838.764/0001-60	R\$2.179,00
PREFEITURA DE CATANDUVA	Aquisição	Pregão Eletrônico nº 133/2025	BLINSUL EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 31.468.237/0001-25	R\$ 2.500,00

PREFEITURA DE MONTE ALTO	Aquisição	Pregão Eletrônico n° 91086/22.025	TECBLIN LTDA CNPJ: 48.575.558/0001-21	R\$ 2.450,00
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ	Aquisição	Pregão Eletrônico SRP n° 14/2024 – DL/PMPA	COPLATEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS S.A CNPJ: 14.533.049/0002-03	R\$ 1.442,22

COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A MASCULINO TAMANHO M

ÓRGÃO	SOLUÇÃO	MODALIDADE	EMPRESA VENCEDORA	PREÇO UNITARIO
PREFEITURA DE CONTAGEM/MG	Aquisição	Pregão Eletrônico n° 034/2024	KALESI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP CNPJ: 21.690.964/0001-89	R\$2.400,00
PREFEITURA DE CASCAVEL	Aquisição	Pregão Eletrônico nº 106/2025	AXXO INDUSTRIA DE MATERIAIS & DEFESA LTDA CNPJ: 37.838.764/0001-60	R\$2.179,00
PREFEITURA DE CATANDUVA	Aquisição	Pregão Eletrônico n° 133/2025	BLINSUL EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 31.468.237/0001-25	R\$ 2.500,00
PREFEITURA DE MONTE ALTO	Aquisição	Pregão Eletrônico n° 91086/22.025	TECBLIN LTDA CNPJ: 48.575.558/0001-21	R\$ 2.450,00
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ	Aquisição	Pregão Eletrônico SRP n° 14/2024 – DL/PMPA	COPLATEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS S.A CNPJ: 14.533.049/0002-03	R\$ 1.665,99

COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A MASCULINO TAMANHO G

ÓRGÃO	SOLUÇÃO	MODALIDADE	EMPRESA VENCEDORA	PREÇO UNITARIO
PREFEITURA DE CONTAGEM/MG	Aquisição	Pregão Eletrônico n° 034/2024	KALESI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP CNPJ: 21.690.964/0001-89	R\$2.400,00
PREFEITURA DE CASCAVEL	Aquisição	Pregão Eletrônico nº 106/2025	AXXO INDUSTRIA DE MATERIAIS & DEFESA LTDA CNPJ: 37.838.764/0001-60	R\$2.179,00

PREFEITURA DE CATANDUVA	Aquisição	Pregão Eletrônico nº 133/2025	BLINSUL EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 31.468.237/0001-25	R\$ 2.500,00
PREFEITURA DE MONTE ALTO	Aquisição	Pregão Eletrônico nº 91086/22.025	TECBLIN LTDA CNPJ: 48.575.558/0001-21	R\$ 2.450,00
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ	Aquisição	Pregão Eletrônico SRP nº 14/2024 – DL/PMPA	COPLATEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS S.A CNPJ: 14.533.049/0002-03	R\$ 1.592,23

A estimativa de custo apresentada neste ETP, é referencial e deverá ter como base a pesquisa de mercado final. A estimativa de custo para a aquisição do objeto será realizada após análise, e se necessário, com nova e ampla consulta/pesquisa no mercado dos valores dos itens a serem licitados, devendo obrigatoriamente ser elaborada, com base na IN SEGES/ME N°65/2021, a fim de permitir a posterior indicação dos recursos orçamentários em dotação correta para as aquisições decorrentes da contratação.

6.1 Análise de possíveis soluções (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, V)

Para os coletes balísticos, identifica-se a solução de contratação por meio de aquisição. Não se vislumbra a possibilidade de outra solução de contratação. Sobre as modalidades da aquisição e a possibilidade de serem adotadas, vemos:

6.1. Dispensa de Licitação: Aquisição não se enquadra na dispensa de licitação, tendo em vista que na pesquisa de mercado, o valor se apresentou maior que o previsto para dispensa conforme Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

6.2. Licitação via Pregão eletrônico:

Vantagens: possibilidade de ampla concorrência; maior transparência; diversidade de fornecedores.

Desvantagens: Prazo maior para realização de todo o processo de licitação e homologação. Maior custo operacional e burocrático. Risco de atraso na entrega em função do tempo para conclusão do processo licitatório.

6.3. Licitação via Pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preço: Dentre as vantagens, além da ampla concorrência e diversidade de fornecedores que pode reduzir os preços ofertados, observamos a flexibilidade na aquisição, sem obrigatoriedade de compra total imediata e a celeridade em contratações futuras.

Desvantagens: Longo prazo para realização de todo o processo de licitação e homologação. Maior custo operacional e burocrático. Risco de atraso na entrega em função do tempo para conclusão do processo licitatório.

Diante da necessidade de a aquisição atender aos déficits supramencionados e da necessidade de

ajustá-los conforme previsão no Plano de Compras Anual, ressaltando-se que determinada quantidade será contemplada no PCA/2026 e o restante será incluso no PCA/2027 suprimindo déficit projetado para este exercício, opta-se pela modalidade de **Pregão Eletrônico** com **Sistema de Registro de Preço** mediante o critério de julgamento por **Menor Preço por lote**, por melhor atender à necessidade da instituição tendo fundamentação legal conforme o Decreto nº 107.923 - PMB, de 11 de agosto de 2023 que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional. Vejamos:

“Art. 3º - O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens **com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

6.4. Adesão/carona da Ata de Registro de Preços:

Vantagem: Oferece maior agilidade no processo de contratação; redução de custos operacionais; segurança jurídica por se tratar de procedimento previamente licitado; possibilidade de padronização.

A desvantagem é dependência de existência de atas vigentes com especificações compatíveis e disponibilidade do item para atender a demanda.

7. Estimativa do valor da contratação (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, VI)

Esta pesquisa seguiu preferencialmente os valores aprovados no plano de trabalho e pesquisa básica. A pesquisa, deverá ser refinada na elaboração do Termo de Referência, sendo, portanto, aprimorada para efeito de estimativa dos valores de referência para a licitação, cujos documentos de suporte constam acostados aos autos do processo.

A pesquisa mais detalhada deverá seguir o estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 ou outra que vier a substituí-la em consonância ao previsto inciso § 2º, Art. 1º do Decreto nº 107.812 - PMB, de 17 de julho de 2023.

Metodologia de cálculo: Foi adotada a média para as estimativas de preços, pois os coeficientes de variação não foram superiores a 25%, conforme orientação da 4ª edição do Manual de Pesquisa de Preço do Superior Tribunal de Justiça mostrando que os valores não foram dispersos.

8. Descrição da solução como um todo (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, VII)

COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III-A, MASCULINO TAMANHO P

Colete de proteção balística nível III-A, conforme Norma Técnica Senasp nº 003/2021 e legislações complementares que possa ser utilizado de maneira ostensiva sobre o uniforme operacional.

- Painéis balísticos: Compostos por duas peças, frontal e dorsal, constituídas por camadas de materiais flexíveis a base de têxteis como a aramida, polietileno, ou material superior que se destina a proteger o usuário contra projéteis expelidos por armas de fogo, munições de calibres equivalentes ao nível III-A da norma técnica NIJ Standart 0101.04 ou norma NIJ Standart 0101.06 do Instituto Nacional de Justiça dos EUA.

O colete deve integrar um dispositivo eletrônico do tipo “chip” ou “micro-chip” no padrão RFID contendo dados codificados ao lote conforme será descrito no Termo de Referência.

A solução balística deve ter densidade de área máxima, desconsiderando seu invólucro, de 4,8kg/m², sendo admitido 10% de diferença para mais.

- Invólucro: Necessário desempenho hidrorrepelente na camada externa, garantindo impermeabilidade absoluta de 100%. O material deve ser capaz de proteger o painel balístico contra radiações UV/AB ou qualquer outro material potencialmente prejudicial que comprometa a eficácia do equipamento.
- Capa externa: Deve ser leve adequada para customização de ajustes pelo usuário final, garantindo ergonomia, vestibilidade e mantendo-se maleável. O material de sua fabricação deve ser extremamente resistente a abrasão, resistir a erosão causada por ações como raspagem, fricção e outros desgastes mecânicos. Para confecção da capa externa deve-se utilizar três tipos de material: **Face externa** deve ser composta de tecido plano de poliamida 6.6 com estruturação do tipo *Honeycomb* multifilamentados de média tenacidade e titulação comercial 300 Denier conforme será descrito no Termo de Referência. **A face interna** deve possuir forro antialérgico e macio com estrutura tridimensional em malha por trama devendo apresentar alta permeabilidade ao vapor do suor, elevada absorção e tratamento antibacteriano e resistência a abrasão conforme será descrito no Termo de referência. **O elástico da capa externa** na mesma cor da capa por tecido plano com estrutura no padrão ripstop com contornos na transversal elastizado no sentido da trama.
- Capa sobressalente: Cada colete balístico deverá vir acompanhado de pelo menos 01 (uma)

capa sobressalente.

- Área de proteção balística: painel frontal de aproximadamente 0,1498m², painel dorsal de aproximadamente 0,1725m²
- Peso da solução balística: Aproximadamente 1,547kg com tolerância de 10% para mais, compatível com o tamanho “P”.

COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III-A, MASCULINO TAMANHO M

Colete de proteção balística nível III-A, conforme Norma Técnica Senasp nº 003/2021 e legislações complementares que possa ser utilizado de maneira ostensiva sobre o uniforme operacional.

- Painéis balísticos: Compostos por duas peças, frontal e dorsal, constituídas por camadas de materiais flexíveis a base de têxteis como a aramida, polietileno, ou material superior que se destina a proteger o usuário contra projéteis expelidos por armas de fogo, munições de calibres equivalentes ao nível III-A da norma técnica NIJ Standart 0101.04 ou norma NIJ Standart 0101.06 do Instituto Nacional de Justiça dos EUA.
O colete deve integrar um dispositivo eletrônico do tipo “chip” ou “micro-chip” no padrão RFID contendo dados codificados ao lote conforme será descrito no Termo de Referência. A solução balística deve ter densidade de área máxima, desconsiderando seu invólucro, de 4,8kg/m², sendo admitido 10% de diferença para mais.
- Invólucro: Necessário desempenho hidrorrepelente na camada externa, garantindo impermeabilidade absoluta de 100%. O material deve ser capaz de proteger o painel balístico contra radiações UV/AB ou qualquer outro material potencialmente prejudicial que comprometa a eficácia do equipamento.
- Capa externa: Deve ser leve adequada para customização de ajustes pelo usuário final, garantindo ergonomia, vestibilidade e mantendo-se maleável. O material de sua fabricação deve ser extremamente resistente a abrasão, resistir a erosão causada por ações como raspagem, fricção e outros desgastes mecânicos. Para confecção da capa externa deve-se utilizar três tipos de material: **Face externa** deve ser composta de tecido plano de poliamida 6.6 com estruturação do tipo *Honeycomb* multifilamentados de média tenacidade e titulação comercial 300 Denier conforme será descrito no Termo de Referência. **A face interna** deve possuir forro antialérgico e macio com estrutura tridimensional em malha por trama devendo apresentar alta permeabilidade ao vapor do suor, elevada absorção e tratamento antibacteriano e resistência a abrasão conforme será descrito no Termo de referência. **O elástico da capa externa** na mesma cor da capa por tecido plano com estrutura no padrão ripstop com contornos na transversal elastizado no sentido da trama.
- Capa sobressalente: Cada colete balístico deverá vir acompanhado de pelo menos 01 (uma) capa sobressalente.

- Área de proteção balística: painel frontal de aproximadamente 0,1720m², painel dorsal de aproximadamente 0,1977m²
- Peso da solução balística: Aproximadamente 1,775kg com tolerância de 10% para mais, compatível com o tamanho “M”.

COLETES BALISTICOS NIVEL III-A, MASCULINO TAMANHO G

Colete de proteção balística nível III-A, conforme Norma Técnica Senasp nº 003/2021 e legislações complementares que possa ser utilizado de maneira ostensiva sobre o uniforme operacional.

- Painéis balísticos: Compostos por duas peças, frontal e dorsal, constituídas por camadas de materiais flexíveis a base de têxteis como a aramida, polietileno, ou material superior que se destina a proteger o usuário contra projéteis expelidos por armas de fogo, munições de calibres equivalentes ao nível III-A da norma técnica NIJ Standart 0101.04 ou norma NIJ Standart 0101.06 do Instituto Nacional de Justiça dos EUA.

O colete deve integrar um dispositivo eletrônico do tipo “chip” ou “micro-chip” no padrão RFID contendo dados codificados ao lote conforme será descrito no Termo de Referência.

A solução balística deve ter densidade de área máxima, desconsiderando seu invólucro, de 4,8kg/m², sendo admitido 10% de diferença para mais.

- Invólucro: Necessário desempenho hidrorrepelente na camada externa, garantindo impermeabilidade absoluta de 100%. O material deve ser capaz de proteger o painel balístico contra radiações UV/AB ou qualquer outro material potencialmente prejudicial que comprometa a eficácia do equipamento.
- Capa externa: Deve ser leve adequada para customização de ajustes pelo usuário final, garantindo ergonomia, vestibilidade e mantendo-se maleável. O material de sua fabricação deve ser extremamente resistente a abrasão, resistir a erosão causada por ações como raspagem, fricção e outros desgastes mecânicos. Para confecção da capa externa deve-se utilizar três tipos de material: **Face externa** deve ser composta de tecido plano de poliamida 6.6 com estruturação do tipo *Honeycomb* multifilamentados de média tenacidade e titulação comercial 300 Denier conforme será descrito no Termo de Referência. **A face interna** deve possuir forro antialérgico e macio com estrutura tridimensional em malha por trama devendo apresentar alta permeabilidade ao vapor do suor, elevada absorção e tratamento antibacteriano e resistência a abrasão conforme será descrito no Termo de referência. **O elástico da capa externa** na mesma cor da capa por tecido plano com estrutura no padrão ripstop com contornos na transversal elastizado no sentido da trama.
- Capa sobressalente: Cada colete balístico deverá vir acompanhado de pelo menos 01 (uma) capa sobressalente.
- Área de proteção balística: painel frontal de aproximadamente 0,1955m², painel dorsal de aproximadamente 0,2248m²

- Peso da solução balística: Aproximadamente 2,101kg com tolerância de 10% para mais, compatível com o tamanho “G”.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, VIII)

Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se vislumbra vantagem no fracionamento do objeto, podendo esta ação prejudicar na padronização do equipamento.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, IX)

1. Viabilizar a redução da violência e criminalidade no ambiente escolar e suas adjacências;
2. Aumento da eficiência na fiscalização e no patrulhamento ostensivo e preventivo;
3. Viabilizar o policiamento de proximidade e patrulhamento escolar;
4. Redução do número de chamados e ocorrências atendidas decorrente da presença estratégica da Guarda Municipal por meio do patrulhamento preventivo;
5. Possibilitar o patrulhamento ostensivo e a criação de um ambiente de segurança e confiabilidade nos territórios patrulhados;
6. Aumento da sensação de segurança e coibir ações delituosas

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, X)

Não se configura necessária adequação de ambientes visando o início da execução do objeto.

O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que necessitem de capacitação de servidores para que sejam utilizados. Porém, é recomendável que os servidores sejam orientados ao uso consciente dos bens.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, XI)

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração.

Portanto, após verificação dos itens a serem contratados, identifica-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

13. Possíveis Impactos Ambientais

Deverá ser observado, se houver substituição de bens já existentes na instituição, a destinação correta, para possíveis reciclagem, doação ou desfazimento. Não poderão ser descartados em locais que não sejam os identificados na legislação em vigor;

A empresa teve minimizar a geração de resíduos e acondicioná-los de maneira correta, desde coleta, armazenamento e transporte.

Realizar o descarte consciente dos resíduos produto do objeto contratado.

Utilização de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Painéis balísticos com garantia mínima de 5 a 6 anos, reduzindo a necessidade de substituição precoce e gerando menos resíduos. Preferência por materiais híbridos (como aramida) flexíveis, de baixo peso e com processos de produção ecoeficientes. Exigência de plano para destinação final segura dos painéis vencidos, evitando contaminação ambiental e descarte inadequado. Exigência de certificação de qualidade (ex: ISO 9001, ISO 14001) para os fabricantes, garantindo gestão ambiental no processo produtivo.

14. Conclusão Sobre a Viabilidade da Contratação


A equipe de planejamento da contratação, diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, declara **VIÁVEL** a contratação de **COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III-A** por meio de Pregão Eletrônico com utilização de Sistema de Registro de Preço.

A aquisição dos objetos do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo.

Belém. 30 de abril de 2026.

Versão Atualizada
Belém. 30 de abril de 2026.

ELABORAÇÃO:


Victor Johann Fernandes Gusmão
Equipe de Planejamento da Contratação da GMB
PORTARIA Nº 579/2025 – GMB/PMB - BELÉM, 20 DE OUTUBRO DE 2025

APROVO:

ESAÚ DA CUNHA ARAÚJO
Inspetor Geral da Guarda Municipal de Belém
Decreto n.º 113.742/2025 – PMB, de 25 de junho de 2025